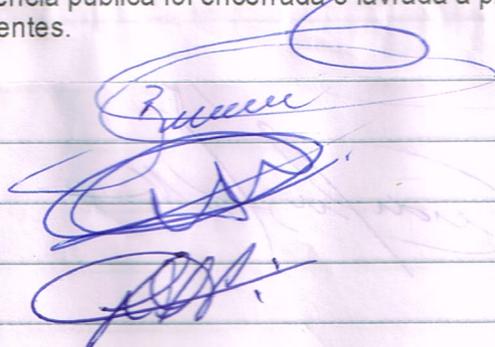


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - APRESENTAÇÃO DAS METAS DA LDO REFERENTES AO 2º QUADRIMESTRE DE 2021, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º DA LRF 101/2000.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, nas dependências da Câmara Municipal de Dourado, SP, às 14 horas, realizou-se a audiência pública com o objetivo de Demonstrar e Avaliar as Metas Fiscais do segundo quadrimestre do ano de 2021, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101/00. Os trabalhos foram coordenados pelo Sr. senhor Benedito Antonio Baptista, Diretor do Departamento de Finanças da Prefeitura de Dourado, e auxiliado pelo Sr. Paulo Henrique Grego, contador da Prefeitura Municipal. Iniciou-se os trabalhos apresentando a execução orçamentária relativa ao segundo quadrimestre do exercício de 2021, tendo como objetivo a análise das receitas e despesas do referido quadrimestre, tendo sido primeiramente demonstrado o quadro de desempenho da receita no quadrimestre comparando-se a receita prevista com a arrecadada, conforme segue: Receita líquida prevista R\$ 10.004.197,01 – Receita Arrecadada R\$ 15.133.679,05, apurando-se uma arrecadação maior do que a prevista até o quadrimestre no valor de R\$ 5.129.482,04. Na sequência, foram apresentadas as Despesas consolidadas referente ao segundo quadrimestre, conforme segue: Despesas empenhadas: R\$ 12.798.489,72 ; sendo que o executivo Municipal empenhou no quadrimestre R\$ 12.474.544,25 e o Legislativo R\$ 323.945,47. Comparando-se a receita arrecadada com a despesa total liquidada no segundo quadrimestre/2021, verifica-se um superávit de R\$ 1.013.063,48. Na sequência foi analisado a execução orçamentária consolidada do exercício de 2021, conforme dados extraídos do Balanço Orçamentário – Anexo 14 – Lei 4.320/64, a saber: Receita Arrecadada no exercício = R\$ 29.030.765,31; Despesa empenhada no exercício: R\$ 27.153.430,21; Despesa Liquidada = R\$ 24.526.496,37. Comparando-se a receita arrecadada com a despesa total liquidada até o segundo quadrimestre/2021, verifica-se um superávit orçamentário de R\$ 3.855.568,75. Prosseguindo passou-se a análise dos Restos a Pagar inscrito e foi demonstrado que o executivo municipal efetuou o pagamento total do mesmo. Os restos a pagar não processado até o segundo quadrimestre apresentou um saldo de R\$ 193.574,08, enfatizando que não há inscrição de restos a pagar da Câmara Municipal. Na sequência passou a avaliação do resultado primário apurado até o segundo quadrimestre que foi de R\$ 3.863.381,74. Em referência ao Resultado Nominal foi apurado em 31/08/2021 um resultado de R\$ -5.356.789,72. Dívida Consolidada - O Endividamento a Longo Prazo, representado pelos financiamentos juntos ao Desenvolve SP e Caixa Econômica Federal – Programa FINISA, apresentou um saldo em 31/12/2020 de no valor de R\$ 1.253.007,56, apresenta um aumento em relação ao primeiro quadrimestre de 2021 devido ao desbloqueio e liberação da segunda parcela do Programa FINISA no valor de R\$ R\$ 276.244,68, e em 31/08/2021 apurou-se um saldo de R\$ 1.416.633,03. Prosseguindo, foi demonstrado a Receita Corrente Líquida apurada no período em análise no valor de R\$ 42.127.372,47. Dando continuidade foram demonstrado os índices exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e outras legislações, conforme segue: Despesas com Pessoal - Poder Executivo: conforme artigo 54 e 55 da LRF, a despesa com pessoal atingiu o índice correspondente a 47,08% da R.C.L. apurada; A despesa com pessoal da Câmara Municipal representou 1,87% da Receita Corrente Líquida, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal. Concomente a Saúde a lei determina que seja aplicado o mínimo de 15,00 % das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais conforme a LC 141/2012, tendo sido aplicado 24,24%%, da referida receita, conforme informações extraídas do SIOPS; Em relação a Educação, a legislação determina que seja aplicado o mínimo de 25,00% da Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento e constatou-se foram aplicados o correspondente a 29,10% da referida receita; Quanto ao FUNDEB foi aplicado com remuneração dos profissionais do magistério 76,99%. Em síntese foram destacadas as principais questões da administração levantada em audiência pública, no que se refere à gestão fiscal da administração, analisando desempenho da administração pública e a avaliação dos resultados alcançados. Após as explanações, foi colocada livre a palavra e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, e nada mais havendo a ser tratado a presente audiência pública foi encerrada e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.



Letícia S. Jones Pereira
Jussara Torres Furtado
Thelma Christina Ruiz dos Santos
Luiz Ap. Abravanel